

## 7 Conclusão

Como exposto anteriormente, algumas nomenclaturas diferentes são dadas ao Design Inclusivo (DI) como Design Universal e Design Para Todos, apesar deste ter entonações diferentes em alguns países, todas estas nomenclaturas se destinam a uma abordagem de projeto que busca abranger ao máximo as diversas formas de uso. Ao decorrer da pesquisa construiu-se um pensamento mais sólido dessa abordagem, levando a crer que a sua filosofia pode ser estendida à maneira de ver a vida. Perceber que as pessoas são diferentes umas das outras, que mesmo não tendo nenhuma diferença funcional aparente, elas apresentam habilidades e limitações: físicas, de comportamento ou na maneira em lidar com os outros e/ou consigo mesma. No entanto, essa diversidade que pode fugir do meio físico deve ser vista com naturalidade bem como as outras diversas diferenças funcionais.

Nesta perspectiva, em respeito a diversidade presente ao redor de qualquer indivíduo, entende-se que a filosofia do DI é para ser aplicada, mas também para ser vivida. Compreende-se que se este olhar se tornar parte da nossa referência como humanidade, a igualdade e o respeito às diferenças deixariam de ser impostos por lei e se tornariam uma maneira comum e natural de convivência.

Ao colocar a capacidade humana em questão, pode-se dizer que é comum que o ser humano necessite de interferências, adaptações e de ajuda para sobreviver. O ser humano é dotado de habilidades que o destaca em meio a tantas outras espécies de seres vivos, mas dentre essas espécies há seres com habilidades ímpares. Os morcegos emitem sons de alta frequência (incapazes de serem ouvidas pelo ser humano) e são capazes de se guiar pela ecolocalização; os cães possuem a capacidade de sentir o cheiro de coisas que o ser humano nem imagina, conseguem identificar rastro de pessoas deixado há dias; algumas aves de rapina possuem a capacidade de enxergar um alvo a cinco mil metros de altitude, essa habilidade é incomparável a visão de qualquer indivíduo considerado apto. Portanto, como exposto nos capítulos teóricos dessa dissertação, qualquer indivíduo considerado totalmente apto fisicamente, necessita-se de instrumentos

para potencializar habilidades que para algumas espécies de seres vivos são peculiares.

Ao considerar que é normal que qualquer ser humano tenha limitações e habilidades, as diferenças funcionais começam a fazer parte da normalidade. Acredita-se que o que potencializa o ser humano é a sua capacidade de se superar e a sua capacidade de evoluir em conjunto com outros indivíduos. Sendo assim, a filosofia do DI compreende essa perspectiva de normalidade e enaltece a diversidade funcional em resposta a busca por igualdade de direitos.

À vista disso, esta pesquisa caminhou entorno dessa filosofia por acreditar em sua relevância no âmbito social. Estudar maneiras de tornar essa abordagem mais popular e salientar mudanças tanto no ensino quanto na prática profissional, contribui para que mais pessoas a conheçam de fato e a adotem.

Através de um levantamento bibliográfico, pôde-se cumprir com objetivos específicos, como: conhecer e se aprofundar no conceito do DI e levantar as relações entre ensino e prática dessa abordagem em projetos de Design. Logo, pôde-se compreender melhor a evolução dela e o seu contexto em lugares como Estados Unidos e Reino Unido. Lugares estes que adotam o DI há mais de 30 anos, fomentando a pesquisa, o ensino e a prática projetual.

Almejou-se descobrir como o DI é vivenciado aqui no Brasil. Como ele se configura no meio acadêmico e no mercado profissional. Tendo esta visão, uma visão panorâmica desse contexto, pôde-se então levantar pontos críticos que interferem diretamente no problema central exposto nessa investigação: a ausência de produtos inclusivos no país. Para se chegar a este estágio foi aplicado um questionário on-line com professores, pesquisadores, profissionais de mercado e estudantes que atuam ou estudam na área do Design. E para contrapor as realidades dos lugares onde o DI é adotado com eficiência com a realidade vivida aqui, obtiveram-se opiniões e relatos de profissionais estrangeiros através de um questionário encaminhado por e-mail.

Para a comprovação da hipótese dessa pesquisa foi preciso saber: se em geral as pessoas conhecem o DI e onde elas aprenderam; se os professores dos cursos de graduação em Design o ensinam e como o fazem e se os designers formados que acreditam conhecê-lo o aplicam em seus projetos. Os resultados do cruzamento das respostas permitiram reconhecer a origem do problema e comprovar a hipótese.

A suposição quanto ao desconhecimento do DI mostrada no início desta dissertação, decorrente da pesquisa exploratória não é factível ao nível quantitativo dos resultados. Há professores que afirmaram conhecer e ensinar o DI. Apesar disso, a compreensão do real objetivo dessa abordagem ainda é necessária mesmo havendo o ensino.

Pode-se observar que, em geral, os respondentes já ouviram falar sobre essa abordagem, apesar deles acreditarem que realmente o conhecem, não é possível ratificar essa afirmação por ter se obtido respostas argumentativas que a contrapõe. Isto posto, cabe novamente repetir ‘conhecê-lo não é o bastante para aplica-lo’, pois muitos dos profissionais que afirmaram conhecer essa abordagem não o conhecem de fato.

As percepções dos estrangeiros não são tão diferentes das percepções adquiridas da realidade dos respondentes brasileiros. Para alguns respondentes do exterior a falta de compreensão dificulta a absorção do DI e esse pode ser um dos fatores que impedem que profissionais brasileiros realmente o adotem em suas práticas. Eles também colocam que o engajamento do usuário no processo projetual é crucial, porém, na realidade, é raro acontecer. Essa presunção pode ser reforçada com alguns resultados do questionário nacional. Para alguns profissionais brasileiros que afirmaram aplicar o DI ‘o usuário’ e a ‘diversidade funcional’ têm pouca ou média importância ao projetar. À vista disto, novamente, nota-se que há um equívoco no conhecimento desses profissionais.

Uma questão que até mesmo transcende a adoção ou não do DI é fato de muitas pessoas não querem ou não se sentem à vontade em lidar com pessoas com diferenças funcionais. Como essa abordagem reconhece os problemas vivenciados por este público no uso de artefatos, muitos profissionais perdem o interesse em adota-lo. Lamentavelmente, ainda há preconceito e mudar essa visão é uma questão social que precisa ser mais trabalhada em campanhas públicas para que alcance toda a sociedade.

Entretanto, o ensino da teoria do DI é fundamental, mas só haverá concretização se em paralelo houver instruções para que ele de fato seja praticado. Desta maneira, retomando aqui os pontos levantados na problemática desta pesquisa, em resposta as questões norteadoras, provavelmente o fator que impede a prática do DI pelos designers formados é a ausência do ensino desta prática nos cursos de Design. Diante das evidências notadas, acredita-se que supostamente o

conteúdo passado é mais teórico ao passo que deveria ser mais prático. Pois além da prática ajudar na preparação da atuação profissional, esta auxilia no esclarecimento do conceito e de toda a teoria envolvida.

É possível dizer que o problema não está vinculado a ausência de uma metodologia favorável ao reconhecimento da diversidade funcional, visto que no exterior se segue o *Double Diamond* ou processos em parceria com o usuário na prática do DI. Ele está mais próximo da maneira como o DI é ensinado e aprendido pelos designers. Em tese, a questão é como e o quê as pessoas aprendem sobre essa abordagem. Entendendo que o princípio de uma carreira profissional é embasado em uma instituição de ensino, para que profissionais atuem a favor da inclusão através do Design, ele precisa ser treinado, com esclarecimentos, embasamentos, e novas visões no curso de graduação, e tão importante quanto, ele precisar ser orientado à prática profissional dessa filosofia.

O fato é que o DI permeia o meio acadêmico e a principal fonte de conhecimento dessa abordagem é a universidade. Essa abordagem vem sendo mais trabalhada no Brasil tanto no ensino quanto no mercado profissional recentemente, há aproximadamente cinco (5) anos. Segundo os resultados obtidos, supostamente, em regiões que mais se concentram cursos que ensinam ou já ensinaram o DI, há empresas e profissionais que o aplicam ou já aplicaram em seus projetos. Essa abordagem projetual é mais ensinada na habilitação 'Design de Produto/ Projeto de Produto e, expressivamente, mais aplicada também no segmento de mercado correspondente. Em geral as disciplinas que mais se ensinam o DI são Ergonomia e disciplinas de projeto.

A prática dos profissionais respondentes que afirmaram já ter adotado o DI não seguem um processo projetual formal, alguns declararam não seguir nenhuma metodologia e, no entanto, outros se baseiam em metodologias que estão entre as mais citadas pelos professores respondentes. Esses processos projetuais citados pela maioria dos respondentes brasileiros são diferentes dos sugeridos pelos estrangeiros como processos favoráveis ao DI, isto é, por profissionais que realmente o aplicam.

Sendo assim, reuniram-se indícios que apontaram problemas no que tange a teoria e a prática projetual. Nesta pesquisa pôde-se observar que os processos projetuais, os métodos e técnicas mais ensinados pelos professores respondentes que atuam no curso de graduação em Design no Brasil nem sempre fundamentam

uma prática centrada no usuário e tampouco favorece a diversidade funcional. A forma de ensino orientada pelos profissionais respondentes de outros países mostra claramente a imprecisão da suposta maneira de ensino do DI em alguns cursos brasileiros de Design. Todavia, enquanto no exterior se ensina o DI através de processos projetuais em parceria com o usuário, no Brasil muitos professores estão focados em processos com preocupações diferentes.

Enquanto os profissionais que adotam o DI no exterior o viabilizam por meio de processos e métodos centrados no usuário, aqui no Brasil os mais adotados são em geral norteados pelos empresários a favor dos lucros. Obviamente, os profissionais respondentes estrangeiros também visam o retorno do projeto para a empresa, mas o que norteiam seus projetos são, em tese, as necessidades, os gostos e as expectativas dos usuários, respeitando as diferenças funcionais.

A hipótese levantada para verificação no início desta pesquisa foi comprovada com a conclusão de uma série de resultados obtidos e expostos durante as análises. Pode-se afirmar que a não adoção da prática do DI pelos designers atuantes no mercado está vinculada, efetivamente, com a ausência do ensino dessa prática nos cursos brasileiros de graduação em Design. É preciso somar esforços para que a teoria seja passada com clareza e que a prática seja estudada, observada e experimentada durante o ensino. Portanto, diante dos equívocos percebidos no que concerne à teoria e à prática percebida pelos profissionais e diante da suposta maneira de ensino no DI pela maioria dos professores respondentes, considera-se que muitos profissionais não saem aptos a adotarem o DI no exercício profissional.

Provocado pelos resultados desta pesquisa, cabe dizer que a orientação do professor deve ser, efetivamente, baseada em experimentações, na imersão na diversidade funcional e na viabilização de projeto. Todavia, para que se crie empatia e para que o conceito dessa abordagem não seja deturpado comparando-o com a Acessibilidade ou afins, inicialmente deve-se treinar o olhar dos alunos com simulações. Coloca-los para praticar ações onde eles podem vivenciar algum dia, ou seja, situações problemáticas que podem ser comum a eles, como por exemplo: fechar o carrinho de bebê com o bebê no colo. Acredita-se na importância de desvincula-lo ao tema da deficiência e atrela-lo às barreiras que os produtos podem conceber a quaisquer usuários, às dificuldades que se podem ter

no uso de produtos em certos contextos. Entende-se, também, que o ensino do DI deve ser isolado de qualquer outra disciplina relacionada a Acessibilidade e Tecnologia Assistiva e deve, preferencialmente, estar integrado a disciplina de projeto.

Por fim, diante de todo o pensamento construído acerca do DI até então, é possível constatar que a prática é o reflexo do que se ensina. Baseando-se nos resultados obtidos, tendo essa abordagem projetual uma maior propagação recentemente, pode-se afirmar que a aplicabilidade do DI em projetos de Design ainda não é uma realidade comum e totalmente fundamentada no Brasil.

Na aplicação das técnicas da investigação pôde-se perceber que de fato o questionário foi a melhor técnica adotada para se atingir o maior número de respondentes possíveis, além de ter ajudado também na obtenção de respostas mais objetivas e de dados quantitativos. Algumas ações que contribuíram positivamente para que o questionário tivesse uma boa disseminação foram:

i) ter buscado conhecer os possíveis usuários e sua vivência, bem como as possíveis relações destes com o tema através da pesquisa exploratória antes de elaborar o questionário;

ii) ter pesquisado antes o conteúdo do questionário, como por exemplo: os segmentos de mercado reconhecidos na área do Design e os métodos/técnicas mais frequentemente utilizados em projetos de design;

iii) ter encaminhado os e-mails individualmente, com o nome do destinatário;

iv) ter buscado contatos em grupos específicos como a Associação dos Designers de Produto;

v) ter buscado a lista de universidades com cursos de Design no Brasil através do ranking dos cursos publicado online e

vi) ter capturado respondentes pelas redes sociais.

Acredita-se que entrevistas semiestruturadas ajudariam a enriquecer a visão da realidade vivenciada pelos respondentes. Deste modo, como continuidade da investigação da maneira como o DI é ensinado nos cursos de graduação em Design, sugere-se que realize entrevistas com professores que o ensinam, explorando os seguintes tópicos:

- dinâmica de ensino dessa abordagem;

- processo de inserção do Design Inclusivo nas fases de elaboração projeto.
- exemplos de projetos elaborados pelos alunos que foram viabilizados ou comprados por alguma empresa e
- comercialização de produtos inclusivos no Brasil.

Quanto a investigação da maneira como o DI é aplicado pelos profissionais brasileiros, sugere-se os seguintes tópicos:

- principais projetos inclusivos elaborados pelo profissional;
- processo de inserção do Design Inclusivo nas fases de elaboração projeto;
- limitações e desafios vivenciados por ele na prática do Design Inclusivo;
- relação do cliente (empresário) com o projeto (a demanda por produtos inclusivos vem de onde? quem decide que o produto deve ser inclusivo?) e
- comercialização de produtos inclusivos no Brasil.

Estes pontos levantados não foram possíveis de ser explorados nesta pesquisa. Portanto, para ter uma visão mais completa da vivência do DI no Brasil é preciso se obter mais informações a respeito dela. Todavia, estima-se que este trabalho inspire e embase novas investigações a respeito do tema, e que estas possam responder tais questões.

Vislumram-se continuidades possíveis desta pesquisa através do reconhecimento da prática mais adequada às necessidades do mercado, para que produtos inclusivos deixem de ser exceção e se tornem populares. Bem como planejar e oferecer workshops e treinamentos para profissionais atuantes no mercado que desejam conhecer e adotar essa prática na área do Design. Sugerem-se novas reflexões quanto à orientação da prática projetual do DI para que questões como esta sejam respondidas: Como ensinar o DI para que os designers em formação o adotem em suas práticas quando se formarem? Com efeito, deve-se construir um caminho para auxiliar o ensino da prática apresentando e explorando ações para torna-lo real.

O intuito da busca por comprovar a hipótese dessa pesquisa não era apontar erros no ensino ministrado pelos professores respondentes, ao contrário, era

compreender a maneira como o DI está sendo ensinado para buscar soluções na adoção dele. Por acreditar na capacidade do professor em formar e informar é que se levantou esta hipótese. Portanto, espera-se que esta pesquisa não seja vista como um julgamento, mas como o início de uma evolução e revolução no ensino do DI nos cursos brasileiros de graduação em Design.

Estima-se que este trabalho ajude não só a embasar novas pesquisas, mas que ele sirva como um clamor a mudanças e como semente de uma nova maneira de ver o Design. Que os designers compreendam que suas escolhas de projeto podem se configurar, fascinantemente, em uma oportunidade de uma vida melhor. Que empresas adotem novas visões de negócios onde todo mundo ganha. E que professores percebam o seu ilustre poder de mostrar caminhos verdadeiramente ricos em Design.